

3ª Reunião Ordinária do Conselho de Graduação

[Reunião ordinária realizada dia 16. 02.11 - Anfiteatro Leitão da Cunha - 08:00 às 10:30h]

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, nesta cidade de São Paulo, à Rua Botucatu, nº 740, no Anfiteatro Leitão da Cunha, reuniram-se os Senhores membros do Conselho de Graduação da UNIFESP, sob a presidência do Ilustríssimo Pró-Reitor de Graduação, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge. Tendo os senhores conselheiros, assinado o livro de presença e, constatando-se *quorum* de trinta e quatro (34) presentes, às 08:30 o Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes. O Ilmo. Presidente realizou os seguintes **INFORMES**: 1-*Retirada da pauta* - O Sr. Presidente informou que o item 04 da pauta proposta, a saber, **Projeto Pedagógico do Curso de História da Arte**, estaria sendo retirado da ordem do dia, a pedido (conforme e-mail anexo) do Coordenador do Curso, Prof. Dr. Jens Michael Baumgarten, que solicitou transferência para a pauta da próxima reunião, uma vez que não poderia comparecer na presente reunião por estar fora do país. 2- *Solicitações do Coordenador do Curso de Letras* – o Ilmo. Presidente informou que recebeu uma solicitação (vide e-mail anexo) do Coordenador de Curso, Prof. Dr. Guilherme Ignácio da Silva, que estaria fora do país, sendo representado pela Prof.^a Dr.^a Terezinha Maria Sprenger, vice-coordenadora do Curso de Letras. Solicitou ainda a participação, como convidados, de alguns professores membros da Comissão do Curso. A solicitação foi aceita pelo Sr. Presidente, que considerou interessante a participação desses docentes, inclusive para a discussão de um dos itens posteriores da pauta: o Sistema de Seleção Unificado (SiSU). Não havendo mais nenhum informe e, considerando a retificação de pauta apresentada, passou-se a discutir a **ORDEM DO DIA**: 1- *Coordenação do Curso de Química e Química Industrial*. O Senhor Presidente apresentou a correspondência enviada pela Coordenadora do Curso de ‘Química’ e do Curso de ‘Química Industrial’, Prof.^a Dr.^a Adriana Karla Cardoso Amorim Reis, apresentando o processo de consulta realizado no mês de novembro de dois mil e dez, que havia resultado na lista tríplice aprovada na reunião ordinária da Comissão do Curso realizada no dia dois de dezembro de dois mil e dez (02/02/2010). A lista, por ordem decrescente de votos, submetia os nomes dos Prof. Dr. Mauro Aquiles La Scalea, Prof. Dr. Diogo Oliveira Silva e Prof.^a Dr.^a Laura Oliveira Péres Philadelphi, solicitando, “de acordo com o regimento, a indicação do Coordenador e Vice-Coordenador dos Cursos de ‘Química’ e ‘Química Industrial’”. O Sr. Presidente explicou que submeteria à homologação apenas a escolha do Coordenador de Curso, pois a indicação do Vice-Coordenador não seria atribuição do Pró-Reitor. Esclareceu que o cargo de Vice-Coordenador deveria ser da escolha do Coordenador, uma vez que o auxiliaria o Coordenador de Curso em suas funções, devendo, para tanto, ser da confiança do mesmo. Ao coordenador, caberia nomear o Vice-Coordenador escolhendo-o dentre os membros da Comissão que compõem o Curso. A faculdade da escolha seria justificável, conforme explicitou o Sr. Presidente, pois perante as regras da instituição, o vice-coordenador assumiria apenas interinamente o cargo, a fim de convocar uma nova eleição no prazo máximo noventa (90) dias. Após o esclarecimento, o Ilmo. Presidente, como de costume, indicou o primeiro nome da lista triplica, submetendo-o à homologação do Conselho. Os Srs. Conselheiros homologaram a escolha do Prof. Dr. Mauro Aquiles La Scalea como Coordenador do ‘Curso de Química’ e do ‘Curso de Química Industrial’ no período de março de dois mil e onze (03/2011) a fevereiro de dois mil e treze (02/2013). Seguiu-se para o próximo item da pauta, a saber, 2- *Calendário Letivo Campus Baixada Santista*. O Sr. Presidente explicou que, de forma geral, o Calendário Escolar do ano em vigência, é feito no final do ano anterior sendo atribuição do Conselho de Graduação (CG) fixá-lo. No caso particular do *Campus* Baixada Santista, devido à greve, que atingiu inclusive o corpo docente, seria necessário alterá-lo. O Ilmo. Presidente sugeriu que, na ausência do Diretor do *Campus*

Baixada Santista, Prof. Dr. Nildo Alves Batista, a Vice-Diretora Prof^a Dr^a Nancy Ramacciotti de Oliveira Monteiro apresentasse a proposta do novo calendário para aprovação dos Srs. Conselheiros. A Prof^a Dr^a Nancy Ramacciotti de Oliveira Monteiro explicou que a Prof.^a Dr.^a Carla Cilene Baptista da Silva, Coordenadora da Câmara de Graduação, fora designada como responsável por apresentar o novo calendário, mas devido a problemas de trânsito atrasara-se. Apresentou o histórico que levava a alteração do calendário: a paralisação (ressaltando que o termo correto não seria greve) acarretando a permanência, na presente data (16/02/2011), das aulas do calendário do ano anterior (2010). A proposta apresentada faria a previsão de três (03) datas diferentes: uma para os calouros, outra para os veteranos e uma terceira para os concluintes. Os veteranos fariam matrícula online no início de março. Para os veteranos, as aulas já haviam começado (dia 28/02), pois essas seriam diferenciadas dos demais e terminariam antes. Para os calouros, a data seria no final de março. Os concluintes, em virtude da realização dos estágios, já teriam iniciado as aulas no começo de fevereiro (02/02 e 03/02). A partir do segundo semestre, as entradas ficariam uniformizadas (maiores detalhes na documentação anexa). As aulas encerrar-se-iam no dia dois de dezembro de dois mil e onze (02/12/2011) com os períodos regulares para apresentação de TCC, Pasta Verde e Exames. Considerando que as alterações decorrentes da paralisação concentrar-se-iam no primeiro semestre de 2011, o Sr. Presidente solicitou que o Conselho se pronunciasse e, na ausência de votos contrários, referendasse o calendário apresentado. Não havendo inscrições dos presentes para pronunciarem-se a respeito do tema em pauta, o calendário foi submetido à votação e aprovado com uma (01) abstenção. O Ilmo. Presidente, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge, solicitou a inserção de um item na pauta relacionada às **necessidades do Campus Osasco**. Apresentou a Prof.^a Dr.^a Ieda Therezinha do Nascimento Verreschi nomeada há poucas semanas pelo Mgco. Reitor como Diretora Acadêmica do *Campus Osasco*. O Sr. Presidente explicou a situação atual do *campus*. Inicialmente fora previsto para o ano dois mil e dez (2010) a contratação de trinta (30) docentes para Osasco, dentro do cronograma de distribuição ofertado pelo Ministério de cem (100) vagas distribuídas nos três anos (trinta (30) vagas para o ano de 2010, quarenta (40) vagas para o ano de 2011 e trinta (30) vagas para o ano de 2012), para os cinco cursos e Graduação previstos para aquele *Campus*. Esclareceu que os concursos começaram a ser realizados no ano de dois mil e dez enfrentando dificuldades de toda a natureza. Entre elas, citou a falta de *expertise* nas áreas das graduações, dificultando e retardando a composição de bancas qualificadas e isentas para examinar os candidatos em áreas em que não se tinha docentes na universidade que pudessem apoiar os contatos e as escolhas. Esclareceu também que os Concursos foram sendo problemáticos durante o ano todo – e nesse ponto não diferiram tanto de outras áreas - pois com a expansão das vagas da rede federal, em muitas áreas específicas havia escassez de Doutores formados com qualidade. Levando, dessa forma, a situações difíceis como a existência tanto de concursos sem nenhum inscrito, como concursos com poucos candidatos inscritos em que nenhum candidato compareceu, assim como casos de concursos com poucos inscritos e sem nenhum aprovado e até mesmo de um (Metodologia Científica) com muitos inscritos (23) e sem nenhum aprovado, pois os candidatos inscritos não tinham o perfil necessário. Outra dificuldade apontada foi a escassez de docentes disponíveis para a banca nas épocas das festividades de final do ano (Dezembro/ Janeiro). Devido aos problemas relatados, iniciou-se o ano de 2011 (Janeiro) com quinze (15) docentes – dos trinta (30) previstos – aprovados. Desses, seis (06) haviam tomado posse e entrado em exercício no mês de Outubro de dois mil e dez (10/2010), ajudando a estruturar o começo do *Campus*. Em Setembro, com aprovação desse Conselho e do CONSU foi decidido não realizar Vestibular para um (01) dos cinco (05) Cursos previstos, a saber, Ciências Atuariais. O Sr. Presidente explicou que a escolha da não abertura do Curso se dera em razão da inexistência de candidatos inscritos nas duas

oportunidades em que o concurso para a área fora aberto. Acrescentou que, segundo informações obtidas por ele em conversa com um docente da USP, haveria escassez de Doutores formados na área no Brasil, sendo que o total não ultrapassaria cinco (05) doutores em todo o país. O Ilmo. Presidente considerou que seria necessário, no futuro, pensar a respeito dessa quinta graduação prevista para o *Campus*, considerando, como alternativas, a manutenção do Curso de Ciências Atuariais ou sua troca por outro curso. Como hipótese, aventa-se a abertura do Curso de Direito em Osasco. Procurando contextualizar essa ideia, o Pró-Reitor de Graduação explicou que, na proposta original do *Campus* feita pela equipe de trabalho, não estava previsto o Curso de Ciências Atuariais, mas, sim, o de Direito. A proposta de cursos para o *Campus* de Osasco levada ao Conselho de Graduação incluía os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Direito. A proposta fora aprovada nessa instância, mas quando levada a instância superior, O Conselho Universitário (CONSU), foi rejeitada. O CONSU não aprovara o Curso de Direito, pois acreditava que tal curso deveria ficar na cidade de São Paulo, ainda que não necessariamente no *Campus* Vila Clementino. Havia a ideia de abrir o Curso de Direito no *Campus* Santo Amaro, todavia nenhuma das ideias referentes a esse curso foi aprovada. Frente a esse veto, a Pró-Reitoria considerou que, mediante as condições ofertadas inicialmente (prédio, número de docentes disponíveis) ao *Campus*, haveria condição de se ofertar cinco (05) cursos e não apenas os quatro (04) aprovados pelo CONSU. Procurou-se, assim, um quinto curso que mantivesse uma lógica com os quatro já aprovados, chegando-se a proposta de Ciências Atuariais, cujo curso formaria profissionais para cálculo de risco. Área esta em que haveria mercado, porém poucos doutores formados. Retornando a situação atual do *Campus*, o Sr. Presidente relatou que com os quatro cursos previstos e os quinze docentes aprovados, a Diretora Acadêmica, juntamente com os primeiros docentes nomeados, propuseram uma alteração no projeto partindo das condições reais com as quais o *campus* passaria a operar em um primeiro momento. Desse esforço, surgiu a reformulação do projeto pedagógico com a adaptação da matriz curricular de forma que o curso pudesse começar normalmente enquanto os docentes das outras disciplinas não chegavam, sem que isso prejudicasse o curso ou as disciplinas previstas, alterando, sempre que possível, apenas a ordem prevista. O Sr. Presidente pediu aos Conselheiros que pudessem referendar, perante a justificativa apresentada, a proposta de alteração da data de início das aulas dos calouros do *Campus* Osasco, iniciando-a duas semanas depois: dia quatorze de março de dois mil e onze (14/03/2011). O Sr. Presidente lembrou que a aprovação do Calendário Escolar seria uma das atribuições previstas para o Conselho, devendo portanto, submeter também o atraso à apreciação dos Srs. Conselheiros. A Prof.^a Dr.^a Rosana de Alencar Ribeiro, coordenadora do Curso de Tecnologias em Saúde, pediu a palavra para questionar se o bloqueio de nomeações, comunicado pela Ministra o Planejamento, Miriam Belchior, e amplamente divulgado na mídia, iria impactar no funcionamento do *Campus*, nos concursos e nomeações previstos. O Ilmo. Presidente explicou que, segundo as informações preliminares passados pelo Magco. Reitor, o processo de corte praticamente não afetaria em nada o Ministério da Educação nem a continuidade dos concursos que já estariam para acontecer. As informações viriam originalmente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Federais de Ensino Superior (ANDIFES) dadas pelo Ministro da Educação. Segundo a associação, as nomeações seriam mantidas. Os cortes do Ministério seriam insignificantes, atingindo (três) 3% ou (cinco) 5% do quantitativo inicialmente previsto. O que aconteceria neste ano seria a desaceleração do processo de expansão. Dentro desse quadro, os planos de um segundo reuni não seriam concretizados, porém os cortes não afetariam o que já vinha correndo. Sem novas inscrições para o debate, a alteração do calendário de Osasco foi submetida à votação, sendo aprovado por unanimidade. Antes de passar ao próximo item da ordem do dia (3-

Transferências Ex-Officio), o Sr. Presidente explicou que devido a uma dúvida legal, dois processos foram encaminhados à Procuradoria para uma rápida consulta. Dessa forma, solicitou que o item fosse tratado ao final da pauta. Passou-se ao item seguinte, a saber, **5- Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras**. O Sr. Presidente convidou o Prof. Dr. Markus Volker Lasch a apresentar o Projeto, uma vez que o Coordenador do Curso, Prof. Dr. Guilherme Ignácio da Silva, estaria em trabalhos de pesquisa no exterior. O Professor destacou que sua apresentação tentaria resumir um longo trabalho de dois (02) anos, especialmente da Comissão de Curso, que reunira-se semanalmente entre si assim como outras cinco (05) vezes com a Comissão de Análise dos Projetos Pedagógicos. Destacou que a Comissão de Curso procurou considerar e incorporar todas as sugestões de melhorias feitas ao longo do processo. Explicou que inicialmente trataria dos pontos comuns entre os Cursos de Licenciatura em Letras e Bacharelado em Letras, passando posteriormente a tratar dos itens específicos a cada um deles. Esclareceu que o Curso receberia por ano cem (100) alunos no período vespertino e cem (100) no noturno, divididos igualmente – já na inscrição para o Vestibular - entre as quatro (04) habilitações: Português; Inglês; Francês e Espanhol. Lembrou que o projeto procurou evidenciar a relação dialética entre o pragmatismo da era moderna e o cultivo das relações humanísticas, conforme regulamenta o Parecer 492/2001 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Ministério da Educação (MEC). Do projeto inicial destacou os seguintes pontos positivos: formação teórica sólida ofertada aos alunos sem perder de vista a dimensão prática, ensino da língua estrangeira instrumental para todos os alunos inclusive aos que não optaram por uma segunda habilitação em Língua estrangeira, forte presença da literatura em línguas portuguesa e estrangeiras e noções de cultura e língua clássica (latim e grego). Apresentou, porém, os pontos negativos presentes no projeto original, que abarcavam desde problemas legais até a transposição prática: apenas cento e oitenta horas (180) horas de estágio, abaixo, portanto da exigência legal, inexistência do curso de LIBRAS e previsão de uma matriz com créditos impossíveis de cumprir tanto para o corpo docente como para o discente (citando, como exemplo, o sexto (6º) termo, no qual se previa trinta e oito (38) horas presenciais e seis (06) horas de estágio semanal, o que totalizaria quarenta e quatro (44) horas semanais). O professor lembrou que parte desses problemas já haviam sido trazidos ao Conselho de Graduação (CG) no semestre anterior, tendo sido solicitado, à época, alguns ajustes da atual matriz para melhor atender a situação do Curso. As modificações - aprovadas naquela oportunidade - embora tivessem melhorado a situação do corpo docente não solucionaram os problemas apresentados, sendo necessárias alterações maiores dentro do Projeto Pedagógico do Curso. Dessa forma, a Comissão pautou seu trabalho no saneamento dos problemas sem abandonar o espírito geral do projeto inicial. Com relação ao Projeto Proposto, destacou que a real situação do corpo docente do Curso de Letras impedia a criação de matrizes completamente distintas para as duas modalidades e as quatro habilitações, optando-se, assim, por propor um núcleo comum, até o sexto (6º) termo, a partir do qual haveria a escolha e diferenciação por modalidade. A formação docente (as disciplinas de licenciatura) seriam feitas pelos próprios docentes do Curso de Letras sem deslocá-los para a Pedagogia. O professor apresentou a carga horária total do curso, a saber, duas mil novecentos e oitenta e cinco horas (2985) para a Habilitação Português e três mil quinhentas e oitenta e cinco horas (3585) para a Habilitação em Língua Estrangeira. Ao apresentar a matriz curricular salientou que, para o Curso de Letras, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), embora não fosse legalmente obrigatório, havia sido incluso na matriz do último ano compondo o grupo de UCs destinadas à “Introdução à Pesquisa”. A ‘Introdução à Pesquisa’ foi pensada para todas as habilitações do curso de Letras por se julgar que a pesquisa deva ser aprendida e desenvolvida mesmo por aqueles que não pretendessem seguir a carreira na pós-graduação. Lembrou ainda que, devido a carga horária extensa, não fora

possível alocar as Licenciaturas com Habilitação em Língua Estrangeira em apenas quatro (04) anos sem comprometer a formação de excelência, tendo sido necessário propor a matriz de tais cursos em cinco (05) anos. Relativamente ao Bacharelado, destacou a existência de uma grade (matriz) mais arejada – com um dia da semana livre - para o bacharelado - habilitação português após o segundo (2º) termo para os discentes dedicarem-se a pesquisa e prepararem-se para a pós-graduação. Terminada a exposição, o Ilmo. Presidente procedeu à leitura do parecer da Comissão de Análise dos Projetos Pedagógicos. A Comissão de Análise dos Projetos Pedagógicos de Curso recomendou o projeto, considerando que o mesmo atenderia as recomendações da Comissão com base nas orientações oficiais e legislações vigentes, após a revisão dos seguintes itens: (i) Numeração de todas as páginas do projeto e não apenas numeração parcial, tal como se encontra o projeto submetido, (ii) existência de apenas uma matriz (grade) curricular para cada habilitação (itens: 4.9.1.1 e 4.9.2.1), concluindo-se que todos os alunos, independentemente do ano de ingresso, cumpriram a mesma matriz (iii) a viabilidade da bibliografia básica de algumas UCs, nas quais se relacionava mais de 10 obras, considerando a instrução pertinente (Instruções e-MEC/INEP – 2008), na qual se orienta a aquisição (1) exemplar de cada obra para cada oito (8) alunos. O Sr. Presidente ponderou que o primeiro problema seria facilmente corrigível e o terceiro problema levantado era recorrente na maioria dos projetos pedagógicos, não havendo nenhum ponto que pudesse de fato constituir um empecilho para a apreciação. Quanto a esse último item (iii), considerou que o problema pudesse ser institucional, incentivando a Comissão para encaminhar a solicitação para o Diretor do *Campus*, o qual, por sua vez, deveria encaminhar ao Pró-Reitor para que esse pudesse levar a dificuldade ao Magco. Reitor. Quanto segundo item, o Ilmo. Presidente destacou que o Prof. Dr. Markus Volker Lasch havia destacado essa unicidade de matriz independentemente do ano de ingresso, avaliando que esse ponto, antes de ser um problema ou contrariar a legislação, representava uma otimização frente à carência do corpo docente. A Prof.^a Dr.^a Suzette Maria Cerutti pediu a palavra para esclarecer uma dúvida relativa às atividades complementares, já que em outros cursos isso seria necessário. O Prof. Dr. Markus Volker Lasch explicou que as atividades complementares estariam previstas, mas não fariam parte da integralização, por isso não teriam sido apresentadas. Diferentemente das atividades programáticas de pesquisa que, por fazerem parte da grade curricular, foram apresentadas, as atividades complementares, na qual se incluiria o aproveitamento de participações em congresso, intercâmbios, estágios no exterior, poderiam ser contabilizadas após solicitação - por parte do estudante - de inclusão no histórico como atividade complementar, porém não seriam obrigatórias. O Pró-Reitor explicou que o questionamento seria importante, principalmente para Pró-Reitoria de Graduação, pois a previsão dessas atividades no Projeto Pedagógico seria fundamental para sua inclusão no Histórico Escolar, já que, do contrário, só seria possível entregar o certificado. O Sr. Presidente sugeriu um adendo com a apresentação ao Conselho dessas atividades complementares, o que não prejudicaria a apreciação do Projeto na presente reunião. O Ilmo. Presidente convidou a Coordenadora da Comissão de Análise de Projetos Pedagógicos para esclarecer o ponto em questão. A Prof.^a Dr.^a Rita Maria de Lino Tárzia explicou que as atividades complementares foram discutidas. Esclareceu que eles entenderiam-na como pesquisa. A pesquisa comporia a atividade complementar incorporada, havendo, salvo engano, comentários relativos à separação. Segundo a Coordenadora, a Comissão de Curso explicou, frente a essa dúvida surgida nas reuniões das Comissões, que não haveria necessidade de separação, pois nas atividades de pesquisa contemplava-se o caráter de atividade complementar sem excluir a apreciação de atividades complementares de outra natureza, cuja convalidação ficaria a cargo da Comissão do Curso. Considerou, porém, que as atividades não substituiriam a pesquisa, ficando no âmbito das atividades destinadas à pesquisa. O Pró-Reitor questionou como as atividades

complementares que não fossem de pesquisa seriam computadas. A Prof.^a Dr.^a Rita Maria de Lino Tárzia acreditava que se a separação fosse necessária deveria ocorrer em um amadurecimento futuro. Após intensa discussão sobre a carga horária e a integralização das atividades complementares não restritas a pesquisa e a necessidade de contemplar a carga horária dessas atividades no Projeto para sua correta validação no Histórico Escolar, o Sr. Presidente sugeriu que fosse submetido à votação a Aprovação do Projeto Pedagógico, com ressalva da Comissão comprometer-se a trazer, em uma próxima reunião, o adendo para atividades complementares, já que estas seriam obrigatórias no Bacharelado. Os Srs. Conselheiros procederam à votação dos dois Projetos Pedagógicos, ficando o Projeto Pedagógico do 'Curso de Letras – Bacharelado' aprovado por unanimidade, assim como o Projeto Pedagógico do 'Curso de Letras – Licenciatura'. Finalizada a apreciação do item cinco da pauta, retornou-se ao item três, a saber, 3- **Transferências Ex-Officio**. O Ilmo. Presidente iniciou a apresentação do item, esclarecendo que dos cinco (05) processos de transferência em pauta na presente sessão, apenas quatro (04) seriam apreciados, já que o outro fora retirado para uma apreciação mais detalhada. Iniciou o item 3 da ordem do dia lembrando que uma transferência *Ex-officio* representava um direito do servidor ou seu dependente direto que cursasse uma universidade pública e tivesse sido removido a solicitar transferência para uma Instituição do mesmo Município ou da Univeridade mais próxima ao novo local de exercício. O primeiro processo a ser apreciado foi o de **NATALHY DE FREITAS ALTHAIDE**. Tratava-se de uma solicitação de uma transferência do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais para o mesmo curso da UNIFESP *Campus* Guarulhos. A Comissão do Curso deu parecer favorável considerando que cumpriu com todas as formalidades. A pedido de um dos Conselheiros, Prof. Dr. Henrique Lederman, o Pró-Reitor de Graduação detalhou o processo, constando que se tratava da filha de um militar transferido do Batalhão de Belo Horizonte para o Batalhão Administrativo do Ibirapuera na cidade de São Paulo. A transferência foi submetida à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência foi submetida à homologação a transferência do aluno **ELIAQUIM BATISTA DA ROCHA**. O processo trazia a solicitação de transferência do Curso de História Noturno da Universidade Federal do Amazonas para o mesmo curso na UNIFESP *Campus* Guarulhos. Assim como o anterior, o Sr. Presidente detalhou o processo: um militar transferido por necessidade de serviço do I Esquadrão do 9º Grupo de Aviação de Manaus para a Base Aérea de São Paulo em Guarulhos. A Comissão do Curso analisou e verificou que o requerente cumpriu com todas as formalidades, observando apenas que o histórico escolar deveria ser analisado pela Comissão para o processo equivalências. Não havendo nenhuma manifestação, a transferência foi submetida à apreciação dos Srs. Conselheiros, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida, analisou-se o processo de transferência de **CESAR DE OLIVEIRA SARMANHO**. O Ilmo. Presidente alertou que esse processo seria um pouco mais complexo, já que o requerente solicitava transferência para outro curso, diferente do que cursava na sua instituição de origem. Conforme informação do procurador a UNIFESP teria autonomia para aceitar, caso a Comissão de Curso julgasse que o discente poderia ser matriculado em um curso diverso do que cursava até então. Seguindo o processo anterior, o Sr. Presidente detalhou o processo de solicitação de transferência do Curso de Licenciatura em Física da Universidade Federal do Pará para o Curso de Ciências da Computação da UNIFESP *Campus* São José dos Campos: o solicitante servia em uma unidade do Exército de Belém do Pará sendo removido para Taubaté. A Comissão do Curso analisou o processo e deferiu considerando que as disciplinas iniciais seriam compatíveis com o curso para o qual solicitava a transferência. Por questionamento de alguns dos conselheiros, esclareceu-se que o ano (termo) em que o discente ingressará no curso de destino dependerá da compatibilidade entre os currículos, o que sempre é analisado *a posteriori*, mesmo nos casos de transferência para Cursos idênticos.

Não havendo novas inscrições para debate, a transferência foi submetida a escrutínio, tendo sido homologada por unanimidade. Seguiu-se para a apreciação do processo de transferência de **SÉRGIO ANTONIO SILVA DE SOUZA**. O requerente solicitou uma transferência do Curso de Bacharelado em Meteorologia da Universidade do Estado do Amazonas para o Curso de Ciências da Computação da UNIFESP *Campus* São José dos Campos. Mais uma vez, o Sr. Presidente detalhou o processo: tratava-se de um Sargento da Aeronáutica transferido de Manaus para o Destacamento Aéreo de São José dos Campos. O parecer da Comissão de Curso de Ciências da Computação, lido pelo Ilmo. Presidente, fora favorável considerando que a Matriz Curricular do Curso de Origem mantinha correlação com a do Curso de Destino e haveria uma garantia legal diante da situação, expressa no art. 3 da lei 9536/97. O Sr. Presidente finalizou a apresentação do processo explicando que o caso em discussão era um dos casos para o qual havia solicitado a consulta da procuradoria, obtendo como resposta a permissão de transferência entre cursos distintos na inexistência do Curso da unidade de Origem no local para o qual o solicitante havia sido transferido. Logo em seguida, abriu a sessão às observações dos Conselheiros. Foi levantada a legalidade da transferência entre uma Universidade Estadual e uma Federal. O Pró-Reitor esclareceu que o único pré-requisito seria de ambas as universidades serem públicas, pois diferentemente do que ocorria no passado não se aceitava mais transferências de universidades particulares para universidades públicas. Não havendo novas manifestações, a solicitação foi submetida à votação tendo sido aprovada por unanimidade. Questionado por um dos Conselheiros, a respeito de transferência docente de uma esposa de militar como docente, explicou que tal processo deveria antes ser aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU) e remetido ao Magco. Reitor. Para finalizar a pauta, o Sr. Presidente apresentou a último item na ordem do dia, a saber, 6- **Vestibular SiSU 2011**. O Pró-Reitor de Graduação apresentou os dados, já computados os resultados da Matrícula realizada na véspera. Mostrou inicialmente a procura pelos Cursos, através da relação candidato/ vaga. Alertou que algumas informações relativas aos Cursos com Vestibular SiSU estariam ausentes por não terem sido passadas pelo MEC, como por exemplo a relação candidato/vaga para os cotistas. No *Campus* São Paulo, o curso mais procurado pelo Sistema Unificado (SiSU) havia sido o de Tecnologia em Radiologia, apresentando uma relação candidato/vaga de aproximadamente cento e treze (113,27) próxima ao curso mais procurado no Sistema Misto (Medicina com uma relação candidato vaga de 11,89). Os cursos menos procurados: Enfermagem e Fonoaudiologia tiveram uma relação de aproximadamente sete (07) candidatos por vaga (vide documentação anexa). Solicitou a atenção para o desempenho dos cursos com Vestibular pelo Sistema Misto *versus* Sistema Unificado (SiSU). Lembrou que esse ano será feita nova análise do desempenho dos estudantes SiSU para avaliar a continuidade ou não do ingresso por esse Processo Seletivo. Alertou aos Coordenadores de Curso com baixa procura no Vestibular que viessem a refletir melhor sobre a adesão ao SiSU, já que nesse sistema a visibilidade seria maior e alargaria a base de candidatos, propiciando uma seleção melhor com candidatos melhor habilitados. No *Campus* Baixada Santista todos os cursos optaram pelo Sistema Unificado apresentando uma média de relação candidato/vaga em torno de trinta e seis (35,85). Nesse *Campus* destacam-se como mais disputado o Curso de Psicologia com uma relação candidato/vaga de sessenta (60,02), sendo o menos disputado o de Terapia Ocupacional com quase vinte candidatos/vaga (19,81). Para o *Campus* Diadema a média de candidatos/vaga ficou em torno de vinte (20,36), tendo como Curso mais procurado o de Farmácia e Bioquímica Noturno com uma relação de trinta e cinco (35,62) candidatos/vaga. Nesse *campus*, o Curso menos disputado foi o de Licenciatura Plena em Ciências Vespertino com uma relação candidato/vaga superior a dez (10,52), sendo este um número ainda bastante alto de candidatos por vaga, uma vez que o Curso de Licenciatura Plena em Ciências Vespertino ainda seria relativamente novo, não

tendo nenhuma turma formada. Para o *Campus* Guarulhos, houve mais de dez mil inscrições (10386). O Curso de Pedagogia Noturno foi o mais procurado do *Campus* com uma relação c/v (candidato/vaga) superior a quarenta e um (41,31). A essa altura da apresentação, o Sr. Pró-Reitor solicitou uma atenção maior ao Curso de Letras, que não aderiu ao SiSU, tendo tido uma procura muito baixa (inferior a três) na maioria das habilitações excetuando-se apenas a habilitação em português com sete (07) c/v, a qual, ainda assim, poderia ser considerada baixa. Frente a esse desempenho, o Pró-Reitor pediu que a Comissão analisasse melhor a escolha, pensando que o SiSU já se mostrou capaz de selecionar satisfatoriamente os candidatos. No primeiro ano de implantação do sistema a Comissão havia entendido que a seleção seria inadequada pela inexistência de provas de Línguas Estrangeiras. No ano anterior (2010) – já com as Provas de Língua inclusas no ENEM - a Comissão entendeu que a prova do ENEM como único meio de seleção seria prejudicial por não apresentar questões discursivas. Contudo, o Sr. Presidente pediu que a Comissão analisasse com cuidado a escolha feita esse ano (2011) frente aos dados levantados vindo a escolher a seleção que julgasse mais adequada para o Vestibular de dois mil e doze (2012). O *Campus* São José dos Campos, mesmo tendo apenas três cursos oferecidos e sendo todos cursos novos, obteve quase cinco mil inscritos (4984). Destacou o desempenho do Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, que começaria esse ano (2011) e já apresentava uma inscrição expressiva com quase dois mil inscritos (1994), pouco abaixo do mais disputado: Ciências da Computação com mais de dois mil cento e cinquenta inscritos (2158). Apontou o quanto isso representava para a Instituição em termos de confiança, já que muitos cursos sem história nem tradição apresentaram-se muito disputados. Por fim, apresentou o desempenho do novo *Campus*: Osasco. Relatou os números impressionantes para um novo *campus* pela magnitude. O Curso mais procurado do *Campus* equiparou-se ao Curso de Medicina ao apresentar uma relação c/v de mais de cento e trinta e cinco candidatos (135,17). O Curso menos disputado do *Campus*, a saber, Ciências Econômicas Integral ainda apresentou um desempenho excelente com mais de dezenove candidatos por vaga (19,58). Prosseguindo a apresentação, o Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge apresentou um comparativo do Desempenho da Relação Candidato/ Vaga nos anos anteriores (2009, 2010 e 2011). Observou que, para os cursos novos, houve um acréscimo diferencial na concorrência, o que aumentaria a possibilidade de selecionar melhor os candidatos. Ressaltou que tal possibilidade não era isenta de problemas, pois ao alargar a base de candidatos, agregando interessados de diversas localidades, criava-se problemas relativos sobretudo relativos à permanência e evasão. Tais problemas seriam do conhecimento do Ministério da Educação, que vinha procurando aumentar a verba para a Assistência Estudantil, ainda que não tenha chegado no que se consideraria adequado. Dando prosseguimento, reforçou que valeria a pena refletir bem pesando os prós e contras da adesão ao SiSU para o próximo ano. O Sr. Presidente apresentou, na sequência, os índices das matrículas. Explicou que, para o SiSU, havia sido realizada duas chamadas até a véspera da presente reunião (dia 15/02/11). Apresentou a porcentagem de preenchimento das vagas do SiSU comparativamente à segunda chamada do ano anterior (2010). Para os cursos da Baixada Santista, a porcentagem de vagas preenchidas fora de vinte por cento (20%), enquanto esse ano alcançou os cinquenta por cento (50%). Para Diadema os índices dobraram, indo de vinte e sete por cento (27%) para sessenta e dois por cento (62%). No *Campus* Guarulhos, houve um considerável aumento, com vinte e seis por cento (26%) para cinquenta e oito por cento (58%). Em São José dos Campos, passou-se de vinte e cinco por cento (25%) para setenta e quatro (74%). Para São Paulo – somente os cursos de Tecnologia – houve um salto de dezoito por cento (18%) para sessenta e sete por cento (67%). Conclui a apresentação dos dados comparativos de matrículas dos cursos que optaram pelo SiSU apontando que, em todos os *campi*, houve expressivo aumento do número de matriculados

(maiores detalhes na documentação anexa). Observando o desempenho das matrículas em cada *Campus* em dois mil e onze (2011), notou que, na média, o índice de ocupação mínimo da Baixada Santista ficou em torno de quarenta e quatro por cento 44%, não havendo nenhum curso com índice muito abaixo de quarenta por cento (38 % para Educação Física Integral). Para Diadema, a média também ficou em torno dos sessenta por cento (60%). Farmácia e Bioquímica Integral, o curso com menor ocupação do referido *campus*, apresentou uma taxa de ocupação de quarenta e seis por cento (46%). Já em Guarulhos, a média também ficou próxima a 60% de ocupação com pouca variação entre os cursos, sendo que os dois cursos de menor ocupação (Filosofia - Vespertino e Ciências Sociais - Vespertino) alcançaram cinquenta por cento (50%). No *Campus* São José dos Campos a média de ocupação foi de três quartos (75%), sendo que o maior índice de ocupação (83%) foi alcançado no curso mais novo do *campus*: Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Na sequência apresentou-se o resultado do *Campus* recém-criado (Osasco). O índice médio de ocupação de Osasco foi de cinquenta e quatro por cento (54%), sendo o Curso de Relações Internacionais – Integral o que apresentou menor ocupação, mas mesmo assim próximo a quarenta por cento (38%). Considerou que esse número, ainda que baixo, historicamente pode ser considerado muito bom para uma segunda chamada. O Sr. Presidente passou a apresentar os índices de ocupação dos Cursos que optaram pelo Sistema Misto (ENEM + VUNESP) no *Campus* São Paulo. O Curso de Medicina teve uma ocupação próxima a quarenta por cento (40%); em Enfermagem a ocupação registrada ficou em quarenta e oito por cento (48%); em Ciências Biológicas – Modalidade Médica o índice atingiu vinte e quatro por cento (24%), enquanto Fonoaudiologia registrou o nível de ocupação mais baixo: dezessete por cento (17%). Na média, o índice de ocupação do *Campus* ficou em trinta e sete por cento (37%), menor do que a registrada no ano anterior, porém não representando um dado preocupante, tendo em vista que apenas uma chamada fora realizada. Lembrou que o SiSU realizaria uma nova chamada, a terceira (3ª), nos dias quinze e dezesseis de fevereiro (15/02 e 16/02), havendo, na sequência, a entrega da Lista de Espera do MEC para que cada instituição cuidasse, a partir de então, de suas próximas chamadas. Para os cursos optantes pelo Sistema Misto, a matrícula da primeira chamada havia sido realizada no dia quinze de fevereiro (15/02); segunda chamada prevista para dia dezoito de fevereiro (18/02) com matrícula para dia vinte e dois de fevereiro (22/02) e terceira chamada divulgada no dia vinte e cinco de fevereiro (25/02) com matrículas dia primeiro de março (01/03). Ressaltou que, ainda que não constantes na projeção, outras chamadas estariam previstas pela VUNESP. Lembrou que a ocupação poderia variar e cair de uma para outra chamada, uma vez que os alunos poderiam desistir da vaga, havendo uma mobilidade grande no sistema. Mas já não se teria mais o sistema que havia no ano anterior, em que se possibilitava praticamente um leilão de vagas, testando a entrada, ao permitir várias opções e gerar excessivas listas de chamada. Comentou sobre o pleito e discussão dos Pró-Reitores das Universidades junto ao MEC para que os alunos pudessem fazer apenas uma opção. Hoje haveria duas opções, o que permitiria alguma mobilidade sem gerar os problemas encontrados no ano anterior. Do ponto de vista pessoal, o Ilmo. Pró-Reitor de Graduação apresentou-se favorável a escolha de duas opções ainda que isso pudesse gerar alguma “convulsão no sistema”. Citou também o processo de transferência interna que facilitaria alguma correção de rumo na escolha errônea de carreira. Tendo encerrado a exposição, solicitou a manifestação dos Srs. Conselheiros a respeito do apresentado, aguardando comentários e/ou sugestões que pudessem ser levadas para discussão ao CONSU, à Administração da Universidade, ao Reitor, à Brasília. O Prof. Dr. Markus Volker Lasch, considerou os números expressivos e relatou a discussão do colegiado de Letras, esclarecendo que não havia pré-disposição em não aceitar o SiSU como processo de seleção, apenas percebiam alguns problemas como falta de leitura, de provas dissertativa, etc. Sentiram

também, falta de dados dos cursos que já fizeram a escolha. Uma delas era sobre a mobilidade. Gostariam de saber se esses alunos fixar-se-iam no curso ou apenas entrariam visando a uma possível transferência interna. Ponderaram se eles seguiriam o curso, se não haveria uma evasão e se, seguindo esse raciocínio, não seria melhor candidatos menos preparados vindos de uma base menor, mas com interesse em cursar o curso, o acarretaria em discentes com melhor desempenho na graduação. O Sr. Presidente esclareceu que a decisão de participar ou não do SISU era exclusiva da comissão do curso, não havendo nenhum interesse pessoal, enquanto Pró-Reitor de Graduação, em forçar uma escolha. Explicou que a evasão e alguns números preliminares poderiam ser analisados, ainda que se necessitasse de uma série histórica para acompanhar o movimento dos discentes e o impacto do SiSU no percurso. Ainda assim, considerou possível trazer em uma próxima reunião um exemplo concreto com a análise de uma turma, por exemplo, de dois mil e dez. Na sequência, a fala foi concedida a Prof.^a Dr.^a Rosana de Alencar Ribeiro, coordenadora do Curso de Tecnologias em Saúde. A professora lembrou que suas turmas foram selecionadas pelo SiSU já há dois anos e por isso poderia posicionar-se. Destacou a diferença no perfil do ingresso, considerando que o acompanhamento e o aproveitamento dos cursos seria superior ao dos ingressantes pelo Sistema Misto. A nota de corte para ingresso também mantinha-se superior a sete (7). Porém ponderou sobre a preocupação latente da continuidade dos cursos, seu envolvimento e acolhimento por parte dos *campi*, dos departamentos e dos docentes, a fim de corresponder a grande aposta feito pelos alunos na Universidade. Na sequência a fala foi concedida à Prof.^a Dr.^a Ana Luisa Vietti Bittencourt, coordenadora do Curso de 'Ciências Biológicas'. A professora destacou que os números eram bastante interessantes, principalmente para um curso como o de 'Ciências Biológicas', um curso novo. Destacou porém que seria importante saber quantos efetivamente iriam efetivamente matricular-se, além de analisar a qualidade desses ingressantes. Na opinião expressa pela professora, a expectativa é que, esse ano, com a diminuição na possibilidade de escolhas por parte dos candidatos, os discentes ingressos viessem com uma melhor qualidade. O Sr. Presidente retomou a palavra, esclarecendo que a não divulgação dos números era uma solicitação do Magco. Os números parciais se divulgados poderiam, de alguma forma, vazarem para a imprensa e serem lidos de forma inadequada, sobretudo relacionados ao foco dado pela mídia ao SiSU. O Ilmo. Presidente avisou que assim que houvesse dados finais poderia divulgar, o que poderia acontecer já no CG seguinte. Solicitou que as Comissões de Curso já comessem a acompanhar o desempenho, a evasão dos discentes ingressos esse ano visando uma futura discussão em pauta. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 10:40 com os agradecimentos do Sr. Presidente e a manifestação de um bom trabalho no ano letivo que se iniciava.